



CNASI e ASSEMDA PROPÕEM ÀS SUAS BASES LUTA CONJUNTA EM 2014

As direções da Cnasi (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra) e da Assemnda (Associação Nacional dos Servidores do MDA) reuniram-se em Brasília, no dia 19 de fevereiro, e traçaram os planos de ações conjuntas, no sentido de unificação da pauta de reivindicações das carreiras do Incra e MDA.

A ideia de retomar as ações conjuntas é de reforçar a mobilização e pressão em torno das demandas específicas dos trabalhadores do Incra e do MDA, além de apoiar a luta pelo atendimento urgente das reivindicações gerais dos servidores públicos federais. Repetindo assim, a dobradinha de 2012, em que a greve conjunta dos servidores da área agrária foi a maior na base da Condsef (Confederação Nacional dos Servidores Federais). A reunião também estabeleceu que as decisões serão tomadas nas bases de forma conjunta. Ficou acertado ainda que as pautas específicas devem ser aproximadas, a fim de se estabelecer a maior paridade possível. Com a Condsef, ficou definido entre as entidades que quem representa os servidores do Incra é a direção da Cnasi e do MDA é a Assemnda.

Tal qual àquele ano, em 2014 o Governo continua descumprindo acordos de anos anteriores e mantém a sinalização de mais arrocho nas contas e orçamento. Também se identifica que o governo segue com a proposta de retirada de direitos trabalhistas dos servidores. O objetivo da atuação conjunta é concentrar forças e pressionar para que o governo instale um processo efetivo de negociações capaz de destravar pautas pendentes e atender as demandas mais urgentes apresentadas pelos servidores dos dois órgãos.

Mais arrocho no serviço público e Reforma Agrária parada

A presidente Dilma Rousseff se esforça para manter a confiança do mercado financeiro. Mesmo que para isso tenha que anunciar um novo corte bilionário no Orçamento num momento em que se questiona os gastos com a Copa e a precariedade dos serviços públicos como Saúde e Educação. O Governo anunciou no dia 20/02 um corte de R\$ 44 bilhões no orçamento federal, que afetará diversas áreas sociais. O corte servirá para o governo cumprir a meta de superávit primário (recursos economizados para o pagamento da dívida pública) de 1,9% do PIB (o Produto Interno Bruto). Isso equivale a R\$ 99 bilhões (considerando a expectativa otimista de crescimento de 2,5% em 2014), divididos com estados e municípios - só para se ter uma ideia, o total de gastos previstos para a Saúde será de R\$ 82,5 bi.



O Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Incra, por sua vez, vai amargar a perda de R\$ 729 milhões sobre um montante que representava meros 0,21% do Orçamento Geral da União incluindo salários e aposentadorias dos servidores (enquanto pagamento com juros e amortização da dívida foi autorizado 43%), piorando ainda mais a já dramática situação dos sem-terras no país. É tido como certo que programas sociais sejam afetados. Em 2012, o corte foi de cerca de 25%, o que acarretou falta de dinheiro até para café e impressão, quanto mais para diárias e passagens.

Sem falar no que o Governo “economiza” não executando o autorizado no Orçamento, para engordar o superávit primário. Não à toa, no dia 12/02 15 mil integrantes do MST protestaram em Brasília por mudanças nas políticas agrárias, cujo pouco total autorizado em 2013 apenas 38% foram aplicados, e dos recursos empenhados, ou seja, reservados em orçamento, representaram apenas 50% do previsto.

Por outro lado, a previsão de gastos com juros e amortizações da dívida pública federal em 2014 supera os R\$ 1 TRILHÃO, ou seja, 23 vezes mais que o corte feito hoje. Portanto, não há saída dentro desta política, que corta severamente recursos de importantes áreas sociais para viabilizar o pagamento de apenas uma parte dos juros de uma questionável dívida, que deveria ser auditada, como manda a Constituição de 1988.

Enquanto o governo segue dando prioridade a setores privilegiados, a administração pública sofre com sucateamento. Abrindo espaço para uma desastrosa política que entrega cada vez mais ao setor privado serviços essenciais à população que já paga uma das maiores cargas tributárias do mundo. Recordes sucessivos de arrecadação não são suficientes para que o governo priorize investimentos nos segmentos que mais interessam à população que segue refém de um atendimento precário onde falta mão de obra e sobram problemas funcionais. Servidores sobrecarregados, muitas vezes desviados de funções, além de mal remunerados são parte integrante dessa realidade.

Nas áreas que atendem diretamente a população como saúde, educação, desenvolvimento agrário, entre outros, é onde se enxerga o cenário mais crítico. Carreiras pouco atraentes não seguram novos concursados que logo deixam áreas do setor público ou por outros concursos, que oferecem carreiras mais sólidas, ou até mesmo voltam à iniciativa privada. Sem condições adequadas de trabalho, os servidores responsáveis por atender a população precisam lidar com dificuldades estruturais em seus locais de trabalho. Sem mencionar as discrepâncias causadas pela má gestão e injustiças.

Os obstáculos não são novos. As dificuldades no processo de negociação com o governo já são, por si só, indicadores fortes de que a busca por avanços no atendimento de demandas urgentes só devem ocorrer por forte pressão.



Campanha Unificada 2014 dos Servidores Públicos Federais

A pauta composta pelos eixos da Campanha Unificada de 2014 dos Servidores Públicos Federais (SPFs) foi protocolada no Ministério do Planejamento (MPog) em 24/01 pelas entidades que compõem o Fórum Nacional de Entidades Servidores Públicos Federais, que reúne três centrais sindicais (CSP-Conlutas, Cut e CTB), a Condsef e demais confederações, federações e sindicatos nacionais dos servidores federais dos Três Poderes. No documento as entidades apresentam os eixos que compõem a pauta de reivindicações (confira abaixo) e afirma que estes “vêm buscar a valorização do servidor e o fortalecimento dos serviços públicos”. São os eixos:

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolos de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PLs, MPs, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios;
- Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015

O documento foi debatido ainda numa reunião com os secretários Executivo e de Relações do Trabalho do MPog em 05/02, após um ato público que marcou o lançamento nacional da Campanha em Brasília com a presença de vários servidores dos estados. Na reunião os representantes do governo informaram que não aceitariam propostas com algum impacto orçamentário. Os representantes do Fórum e da Condsef anunciaram então o prazo de até 18/02 como limite para receber contrapropostas do governo.

No dia 19/03 as entidades que compõem o Fórum voltarão a promover uma atividade em Brasília que deve se repetir nos demais estados. Entre os dias 11 e 14/03 devem ser promovidas em todo o Brasil reuniões dos fóruns estaduais. O Fórum Nacional volta a se reunir no dia 20/03 para nova avaliação das respostas do governo às ações da categoria e necessidade de aumentar a pressão e mobilização em torno da busca por avanços.

Pauta específica do Incra e MDA em 2014

Estaremos no MDA e Incra especificamente juntos discutindo e lutando por:

1. Estruturação de carreiras com valorização salarial dos profissionais – em isonomia às carreiras assemelhadas



2. Criação de gratificações específicas - GQ (gratificação de qualificação), RT (remuneração de titulação) e de localidades (lotação em regiões de Faixa de Fronteira e Amazônia Legal)
3. Concurso para 4 mil novos servidores: 3 mil vagas para o Incra e 1 mil para o MDA
4. Ampliação do orçamento de Organização Agrária para R\$ 30 bilhões ao ano (0,5% do PIB) nos próximos 10 anos
5. Gestão democrática nos dois órgãos e participação dos servidores na elaboração das políticas públicas

Calendário Conjunto dos Servidores da Área Agrária (INCRA e MDA)

As direções da Cnasi e Assemmda decidiram realizar no período até 21/03 um calendário de atividades de mobilização. Convocam as associações de servidores do Incra em todo o Brasil a realizarem assembleias locais com seus associados e os servidores do MDA, escolhendo delegados à plenária nacional. E ainda, as associações e servidores devem manter contato com os sindicatos locais (Sindsefs) a fim de participarem das atividades gerais dos Servidores Públicos Federais (SPFs) em sua cidade e viabilizarem a participação dos delegados escolhidos.

- Até dia 18/03 – realização de atos conjuntos dos servidores do Incra e MDA
- Até dia 18/03 – realização de assembleias estaduais conjuntas, convocada pelas Assincras/Asseras e Assemmda = com eleição de delegados à plenária da Condsef e à Plenária Conjunta da Cnasi e Assemmda;
- 19/03 – Ato unificado dos Servidores Públicos Federais;
- 20/03 – Plenária Nacional da Condsef;
- 21/03 – Plenária Nacional Conjunta da Cnasi e Assemmda = com a consolidação da pauta específica conjunta e formação de um comando nacional de mobilização.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Direção Executiva da ASSEMMDA

Direção Nacional da CNASI